



O DIREITO AO ALCANCE DE TODOS

Ana Carla Alves da Silva¹, Maria Eduarda Lins da Silva², Maria Vitória Gualberto da Silva³, Esdras Uchôa Cavalcanti Neto⁴, Emmanuel Fragoso Formiga⁵, Fernanda Soleil Barbosa Batista⁶, Yohana Ágatha da Silva⁷, Ádria Maria Teixeira da Silva⁸, Francisco Natan Pereira de França⁹, Artur Patrik dos Santos Duarte¹⁰, Iarley Pereira de Sousa¹¹, Giliard Cruz Targino¹²
giliard.cruz@professor.ufcg.edu.br e iarley.pereira@ufcg.edu.br

Resumo: O presente Projeto visa promover a integração da universidade e da comunidade através da propagação de conhecimento jurídico em programas de rádio da cidade de Sousa-PB, no Núcleo de Prática Jurídica do CCJS e nas mídias sociais, proporcionando aos cidadãos da região souseNSE esclarecimentos sobre seus direitos e deveres constitucionais e legais.

Palavras-chaves: Educação em Direitos Humanos, Justiça e Cidadania.

1. Introdução

O Projeto de Extensão “O Direito ao Alcance de Todos”, foi implementado com o fim de expor para sociedade os direitos que cada um possui, as formas de garanti-los e a possibilidade de solucionar seus próprios conflitos de maneira regular. Para isso, os alunos extensionistas reuniam-se, semanalmente, em busca dos mais diversos temas jurídicos de importante relevância para a população SouseNSE e das cidades circunvizinhas, de modo a fazer pesquisas em livros e sites, consultar professores, com o intuito de aprofundar cada assunto tratado, para que houvesse uma eficaz expansão de conhecimentos por meios de comunicação, através dos programas de rádio e das páginas em rede social, bem como por meio de atendimentos realizados no Núcleo de Prática Jurídica do CCJS.

Cabe destacar, que em relação a alguns temas foram ministradas aulas suplementares aos extensionistas para que houvesse uma maior compreensão e consequente abrangência e transmissão.

Tem-se, então, que o objetivo primordial do projeto é expandir os Direitos Humanos como um todo, orientando juridicamente as pessoas acerca de quais órgãos devem dirigir-se para solucionar seus conflitos e quais documentos devem portar, informando a possibilidade de utilização de meios extrajudiciais em determinadas situações, conscientizando a população, principalmente, a mais carente sobre o exercício da cidadania, tudo com o intuito de facilitar o acesso à justiça.

2. Metodologia

Para a execução dos objetivos propostos pelo Projeto de Extensão “O Direito ao Alcance de Todos”, adotou-se a seguinte metodologia, que fora devidamente desenvolvida em quatro etapas:

1ª etapa – A primeira etapa voltou-se a definição de metas e a construção do embasamento teórico dos extensionistas, sendo, portanto, uma fase cognitiva dedicada à pesquisa, debates e discussões acerca dos temas jurídicos a serem apresentados, de forma que os extensionistas pudessem compreender melhor os Direitos Humanos consagrados na Lei Maior, em especial àqueles relacionados à temática proposta, o que se fez por meio de aulas e estudos individuais e/ou em grupo.

2ª etapa - Foi contemplada pela realização de pautas sobre os temas debatidos, havendo uma melhor sequência sobre os pontos a serem discutidos, pela qual cada extensionista expôs seu ponto de vista, o que pesquisou de interessante, o que devia ser mais detalhado e como repassar para a população.

3ª etapa - Apresentação dos temas jurídicos na Rádio Progresso 103.5 FM, com a seguinte ordem:

1ª fase: Apresentação do Projeto, dos extensionistas e do tema a ser abordado. Sendo feito um debate acerca do tema, para ter noção do conhecimento do público alvo, antes mesmo da explanação pelos extensionistas;

2ª fase: Explanação do tema pelos extensionistas, transmitindo tudo o que foi pesquisado, sendo divididos em tópicos para uma melhor compreensão pelo ouvinte, fazendo-se uso de uma linguagem adequada;

3ª fase: Encerramento do programa radiofônico com uma conclusão sobre o tema e a oportunidade para o ouvinte enviar dúvidas e sugestões sobre os temas tratados.

4ª fase: No programa seguinte, os extensionistas voltam a explanar sobre as principais dúvidas, relacionadas à temática trabalhada, finalizando o tema já apresentado e introduzindo um novo tema.

4ª etapa – Executada através de plantões no Núcleo de Prática Jurídica, visando auxiliar a população carecedora de informações sobre seus direitos, possibilitando o esclarecimento de dúvidas e a solução de suas possíveis contendas.

Ressaltamos que o acompanhamento processual e a elaboração das peças são realizados por integrantes do projeto e do NPJ até a satisfação do direito em questão.

^{1,2,3,4,5,7,8,9,10} Estudantes de Graduação, UFCG, Campus Sousa, PB. Brasil.

¹¹ Orientador, <Professor>, UFCG, Campus Sousa, PB. Brasil.

¹² Coordenador/a, <Professor>, UFCG, Campus Sousa, PB. Brasil.



Figura 1 – Primeiro programa realizado em 2023.



Figura 2 – Programa sobre a importância de ter e atualizar documentos básicos.



Figura 3 – Gravações dos programas disponibilizadas nas redes sociais do Projeto e da Rádio 103.5 fm.



Figura 4 – Entrevista com representante da ONG Mulheres de Peito, para apresentação do programa sobre os direitos da mulher com câncer de mama.



Figura 5 – Programa sobre abandono parental, com a participação de extensionista do projeto “menino legal”.



Figura 6 – Programa sobre os direitos das pessoas autistas, com participação de extensionistas do projeto “CDH – em defesa das mães atípicas”.

3. Resultados e Discussões

De antemão, repise-se que através de uma linguagem simples e não menos jurídica, o projeto se desenvolveu por meio de apresentações em programas radiofônicos semanais, que tratam sobre os mais diversos temas jurídicos, abordando, principalmente, assuntos do cotidiano, que na esmagadora maioria das vezes são superficialmente conhecidos, e por isso deixam de ser exercidos da maneira correta [1].

Assim, a fim de garantir uma maior aproximação com o público alvo foi facultado aos ouvintes enviarem dúvidas sobre os temas expostos nas rádios, bem como oferecerem sugestões sobre qualquer tema jurídico do seu interesse que desejarem ouvir.

Nesse íterim, para garantir o correto desenvolvimento do projeto, os alunos extensionistas reuniram-se, mensalmente, juntamente com os professores orientadores, para fins de avaliar as atividades realizadas e planejar as futuras atividades.

Ademais, durante os encontros, era realizada a busca de temas relevantes para serem apresentados, palestrados ou solucionados, utilizando métodos compatíveis com o objetivo do projeto.

Os alunos se organizam para reuniões semanais, por meios de comunicação digital, para troca de experiência e para elaboração da pauta dos programas de rádio.

Desse modo, é possível qualificar o projeto, no entanto, não há como quantificar os resultados, haja vista que a maior parte de suas ações se deram por meio de programas radiofônicos e através das publicações em redes sociais.

Com relação aos atendimentos realizados no Núcleo de Prática Jurídica, faz-se imprescindível mencionar a experiência inenarrável adquirida pelos extensionistas que, acompanhados pelo orientadores, realizaram atendimentos ao público, ajudando àqueles que procuraram o NPJ para solucionar uma lide, ou até mesmo para tirar uma dúvida sobre algum tema jurídico, de modo que ao realizarem os atendimentos, além de contribuírem para com a comunidade, também puderam conviver com a experiência da advocacia na prática.

Destarte, é indubitável que o projeto impacta positivamente a sociedade sousense e os municípios circunvizinhos, proporcionando acesso gratuito sobre os direitos e deveres dessa população.

4. Conclusões

Ante o exposto, vê-se que o Projeto de Extensão “O Direito ao Alcance de Todos” corroborou diretamente na formação acadêmica e cidadã de seus extensionistas, e principalmente, conseguiu transformar a emissora da Rádio Progresso 103.5 FM – local em um espaço facilitador da produção, transmissão e informação dos direitos do cidadão, ficando demonstrada, mais uma vez, a sua importância como formadora da consciência cidadã da população sousense e região, o que se comprova pelo cumprimento das metas e objetivos traçados na proposta inicial, ante a capacitação dos extensionistas e dos professores, a apresentação de programas radiofônicos pelos alunos integrantes do Projeto e a realização de plantões no Núcleo de Práticas Jurídicas. Dessa forma, ressalta-se a relevância do Projeto de Extensão "O Direito ao Alcance de Todos", afirmando que, através de suas ações, o CCJS e a UFCG promovem e multiplicam conhecimentos jurídicos, auxiliando a instituição a cumprir sua função social, evidenciando assim, a necessidade de continuidade do Projeto em questão, haja vista ser um mecanismo propagador da difusão de temas relativos aos direitos humanos perante a comunidade.

5. Referências

[1] O DIREITO AO ALCANCE DE TODOS. Campina Grande, PB: Extensão, UFCG, 2020. Anual. Disponível em: <https://extensao.ufcg.edu.br/publicacoes/2020/resumos/xiiienexufcg-1293.pdf> Acesso em: 14 jan. 2024.

Agradecimentos

À Rádio Progresso 103.5 FM e ao Núcleo de Prática Jurídica do CCJS pelo suporte e colaboração no desenvolvimento das atividades.

À UFCG pela concessão de bolsa(s) por meio da Chamada PROPEX 003/2022 PROBEX/UFCG.

Tabela I – Resultados

Indicadores	Nº de envolvidos
Estudantes de graduação	13
Orientadores	08
Quantidade de ações desenvolvidas	30
Municípios beneficiados	09
Estudantes e/ou professores de escola públicas beneficiários	Indeterminado
Total de pessoas atendidas	Indeterminado